



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2014

2
3

4 No vigésimo quarto dia do mês de abril de 2014, às 14h, no Auditório do Conselho, na
5 Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes
6 pontos de pauta: **1º) Atas (Plen. Ord – 3ª /2014) e Expedientes; 2º) Propostas de Resoluções do**
7 **Programa de Saneamento para pequenas Comunidades - Secretaria da Habitação -**
8 **Deliberação; 3º) Informes e Assuntos Gerais; 4º) Relatos de Comissões; 5º) Apresentação do**
9 **RAG – 2013 – SES/RS - Encaminhamentos. Titulares:** Paulo Silva, Odil Gomes, Ana Valls, Ana
10 Alberog, Zilá Cohen, Juliana Wingert, Luiz Pinheiro, Leonildo Mariani, Vera Leonardi, Cristiane
11 Pegoraro, Leila Ghizzoni, Adão Zanandréa, Ana Maria Martins, Carlos Duarte, Maria Kopp,
12 Patricia de Lham, Eni Bahia, Camila Jacque, Eder Pereira **Suplentes:** Liane Gabe, Rafaeli da Silva,
13 Paula Fortunati, Luiz Ferreira, Ivarlete França, Miriam Kolinger, Gerri Machado, Maria Flores,
14 Jeisson Rex. **1º) Atas (Plen. Ord – 3ª /2014) e Expedientes:** Paulo Humberto faz uso da voz e
15 inicia a plenária informando que o último ponto de pauta, Apresentação do RAG – 2013, será
16 adiado, uma vez que a SES não terminou o relatório de gestão a tempo, sendo o dia 8 o prazo
17 máximo. Ele diz que foi encaminhado por e-mail a todos conselheiros o relatório de gestão, em
18 várias partes. Comenta que gostaria de combinar com as comissões para que avaliassem até o dia 5
19 o relatório, fazendo suas considerações e comentários, para que tenham questões para tratar no dia
20 8. Diz que se deve fazer um GT para que pegue essas informações e que também avaliem outros
21 pontos do relatório de gestão que não forem tratados pelas comissões. Ele pergunta quem se
22 voluntaria e diz que Cláudio Augustim já havia se voluntariado. Odil Gomes é nomeado
23 participante do GT, assim como Miriam, Adão Zanandréa, ele (Paulo Humberto) e Miriam
24 Kolinger. O encontro fica marcado para o dia 13 de maio, às 14h. O presidente faz a votação da ata
25 em questão nos pontos de pauta. A ata é aprovada. Quanto a não aprovação do planejamento de
26 2014, ele diz que encaminharam a resolução do CES sobre o assunto a várias instituições, assim
27 como para a OAB. Relata que recebeu resposta de que a assessoria técnica da OAB avaliará a
28 resolução. Repassa o convite para o 2º Simpósio da ABRASCO, em Belo Horizonte. Relata a
29 denúncia feita pelo Sindicato dos Enfermeiros do RS de que o Hospital Beneficente Dom João
30 Bosco, de São Marco, reutilizaria materiais contaminados, como gases, luvas etc. Diz que repassará
31 o assunto para a Comissão de Fiscalização. O Conselho recebeu a resposta da Coordenadoria
32 Regional da União sobre a resolução do CES a respeito do planejamento de 2014. Na resposta
33 consta que eles estão estudando o assunto. Diz que mais de 140 municípios no Rio Grande do Sul
34 têm seus CMS sem paridade do setor usuário, então estão entrando com pedido para que o TCE
35 cobre do Ministério da Saúde a ação de cumprir o acordo de que se abstenha de repassar recursos
36 para os municípios que não tenham a paridade do setor usuário. O acordo teria sido feito há 6 anos,
37 quando fizeram a primeira denúncia e esperaram alguma ação. Diz que na primeira audiência com a
38 Secretária Sandra Fagundes, ela disse que gostaria de reativar a mesa permanente de negociação do
39 SUS. Comenta que a diretora administrativa contou-lhe que a responsabilidade de coordenação
40 desse grupo é do CES, então pergunta se o conselho tem disponibilidade para montar e coordenar
41 esse método de trabalho, que mistura público com privado e que não tem tido resolutividade em
42 lugar algum em que foi instalado ou se deve deixar o assunto esperando por enquanto. Comenta que
43 acha melhor que pensem e discutam mais o assunto, pois por sua experiência essa mesa de
44 negociação do SUS é muito complicada, uma vez que mistura público e privado. Diz que em 2010,
45 quando no advento do julgamento do STS em relação a diferença de classe, que tira lugar de
46 pessoas que não tem condições de pagar e implica o fura fila, em Giruá, o CES foi contra e agora o
47 assunto será debatido em audiência pública, em relação a implementação geral do sistema nos
48 municípios. Comenta que as entidades que quiserem se inscrever para ir junto ao CES,
49 principalmente em nível nacional, que se inscrevam. Diz que o ministro aparenta estar quase se
50 posicionando, considerando que não prejudica o governo, mas desconsiderando que prejudica a

51 população. Comenta que será dia 26 de maio, se o CES for sorteado, estarão lá lutando. Comenta
52 que no site do CES há uma fala do ministro de que seria contrário à diferença de classe. Diz que,
53 tendo em vista isso, pedem à AL uma audiência pública, que ficaria para o dia 30, para que
54 auxiliem, como fizeram no caso de Juruá. Comenta que não é um convite, mas uma convocação. 2º)
55 **Propostas de Resoluções do Programa de Saneamento para pequenas Comunidades -**
56 **Secretaria da Habitação - Deliberação:** Paulo diz que Marcelo Dalpói, diretor de Saneamento da
57 Secretaria de Habitação do RS, Pedro Dalaca, funcionário do departamento, e Volnei Picoloto,
58 diretor financeiro da Secretaria de Habitação do RS, estão presentes para fazer esclarecimentos
59 sobre o assunto. Paulo apresenta uma das resoluções. Diz que essas propostas devem ser aprovadas
60 pelo CES. Propõe que primeiro se aprecie as resoluções e, então, se façam os esclarecimentos e
61 votação. Diz que primeiro os visitantes mostrarão uma apresentação de slides. Rosângela diz que
62 não é uma função própria da Secretaria da Saúde a questão da água, mas que em uma reunião
63 decidiram que participariam da questão, por causa do convênio. Fala que a SEHAB entrará com o
64 financiamento. Paulo faz uso da voz e diz que o SEHAB ainda não conseguiu os recursos, pois
65 apenas quando o CES aprovar o planejamento é que será liberado o fundo. Diz que o SEHAB se
66 sente como parte do trabalho tanto quanto ao meio ambiente quanto à saúde. Comenta que o serviço
67 de saneamento é importante, pois possibilitará que comunidades tenham acesso à água potável,
68 evitando que problemas de saúde como diarreia aumentem nesses grupos, pois de nada adianta
69 tratar desses problemas e as pessoas continuarem ingerindo água contaminada. Diz que esses
70 convênios ditos por eles já tinham combinado com os municípios e que apresentarão ao CES. Pedro
71 Dalaca agradece ao CES a oportunidade de fazer os esclarecimentos necessários para aprovar a
72 verba para o projeto, que beneficiará 69 municípios. Ele apresenta dados do projeto em uma
73 apresentação de slides. Depois, ele comenta que alguns municípios a SEHAB furou o poço, mas a
74 prefeitura não o construiu, não tendo efetividade alguma do serviço do Estado, então agora as
75 pessoas da secretaria colocarão bombas e pedirão que os municípios construam as redes, mas se eles
76 não as fizerem, a secretaria fará isso também. Outro ponto que ele acha gravíssimo é a questão dos
77 módulos sanitários. Diz que esse trabalho acabará com as doenças de origem hídrica. Comenta o
78 projeto de monitoramento, chamado CITIGEN, que é planejado para a região norte do Estado e que
79 monitora a contaminação do lençol freático em área onde há aterro sanitário. Diz que o aterro é de
80 uma cooperativa. Relata não ter fotos dos módulos sanitários em mãos, mas que há mais detalhes
81 sobre esses no site da SES. Diz que o módulo é feito de alvenaria. Paulo faz uso da voz e diz que
82 fará a leitura de todas as resoluções para apreciação e votação posteriores. Comenta que haverá a
83 Conferência Macrorregional Metropolitana nos dias 25 e 26 de abril, no Salão de Atos do Campus 2
84 da FEEVALE, Novo Hamburgo. Diz que as inscrições começarão no dia 25/05, às 8h. Salaria que
85 os conselheiros estaduais são delegados natos apenas se participarem da conferência de sua
86 macrorregião. Diz que o fluxo será grande, uma vez que o ministro da saúde estará no Estado. Pede
87 para que as entidades e pessoas que ainda não se inscreveram para que se inscrevam o quanto antes,
88 evitando confusões. Comenta que, para aqueles que estiverem com dificuldades para se inscrever,
89 haverá pessoas disponíveis para auxiliar. Paulo começa a leitura das cidades envolvidas no projeto
90 e os valores relacionados. É interrompido por pessoas no plenário, que fazem indagações para que
91 se discuta, sem ser necessário que se leia. Paulo diz que as indagações feitas serão esclarecidas
92 pelos representantes do projeto e que prefere ler todas os valores constados nas resoluções, abrindo
93 depois para os questionamentos. O presidente diz que cada conselheiro que tenha já
94 questionamentos, que se apresentem ao microfone e que depois os representantes do projeto
95 responderiam as questões. Ana Valls pergunta quem arcará com os custos do fornecimento da água,
96 após concretizado o projeto. Um dos representantes do projeto diz que isso será arcado pelas
97 comunidades. Ana Valls diz que se haverá cobrança da água, que se use encaminhe esse projeto com
98 a Corsan e não com recursos do SUS. Miriam questiona a questão da relação de valores de custo
99 com os números de famílias beneficiadas na questão das águas, uma vez em que há municípios com
100 o segundo valor maior que o de outros, com o primeiro valor sendo menor, sem obedecer qualquer
101 proporção. Diz reconhecer que possa haver questões técnicas e que desconhece, por isso questiona.
102 Reforça a questão de saber quem pagará a água. Sobre os módulos sanitários, pergunta o motivo de

103 Vacaria receber módulos sob orçamento mais caro. Pergunta novamente quem arcará com os custos
104 dos poços e da distribuição de água. Questiona a garantia da segurança dos poços, na questão de
105 manter a salubridade da água. Pergunta quem fiscalizará isso. Eni Bahia faz uso da voz e questiona
106 o que foi dito sobre as perfurações e sobre o fato de parte de distribuição de água, caso não sendo
107 arcada pelas prefeituras, ser arcada pela SEHAB, perguntando quem fornecerá os recursos. Ivarlete
108 questiona a questão dos poços e da água potável, perguntando quem pagará a manutenção da água,
109 após a realização do projeto. Mariani diz que a lei 8080 estabelece que o CES avalie e dê aprovação
110 ou reprovação aos projetos de caráter relacionado a saúde e quando não forem muito grandes. Ele
111 comenta a pergunta feita pelas conselheiras sobre as despesas com a água e diz que quem pagará a
112 manutenção, a luz e a análise da água é a comunidade, como geralmente é feito. Diz que a decisão
113 de a prefeitura se comprometer é boa para envolver o executivo e que se as prefeituras pedem ajuda,
114 é porque aquelas comunidades realmente estão precisando. Reforça a pergunta sobre os critérios
115 para estabelecer os valores de gastos nos municípios, que acabaram em diferenças estranhas de
116 quantidade de gastos. Odil Gomes fala que gostaria de salientar que houve um projeto similar
117 chamado PROSAM e que saiu de foco. Diz que desde que foi conselheiro de Gravataí, se lutou pela
118 questão da água e na questão da água dos rios. Pergunta se os projetos são realmente similares.
119 Conselheira Glória diz que pelo que está posto no projeto é de atender os grupos em extrema
120 miséria rural e pergunta se esse projeto está também se envolvendo com áreas de comunidades
121 indígenas. Ana Valls fala que há, conforme foi dito anteriormente na plenária, 141 municípios com
122 os seus CMSs com situação irregular e que não deverão mais receber recursos e pergunta se eles
123 receberão atenção do projeto também, uma vez que o projeto é financiado pelo SUS. Quanto ao
124 monitoramento, questiona sobre um certo projeto de monitoramento da água em área de aterro,
125 quem pagará pelo monitoramento e quem será responsável pelo aterro. Ana Maria pergunta o
126 motivo de o município de Rolante receber duas entradas no projeto de poço, pergunta também se os
127 valores são para cada poço ou se são mais de um poço para cada município. Rosângela faz uso da
128 voz e diz que não dá para restringir às pessoas o acesso à água potável e que a obrigação de manter
129 os CMSs vivos e com educação continuada é do Estado, então a SES auxiliará o CES nesse ponto,
130 uma vez que é de interesse de ambos. Diz que esses convênios são semelhantes aos da SES.
131 Comenta que tentaram deixar o projeto semelhante ao do PROSAM e que não conseguirão explicar
132 detalhe por detalhe do projeto, para conseguir esclarecer a diferença de valores entre os municípios.
133 Diz que é importante, mesmo assim, uma nota técnica sobre esses pontos. Comenta que a ideia seria
134 a contemplação e votação do projeto. Diz que outro ponto que estão vendo com a secretaria é o
135 quanto entrou de CROSAM, o que entrou da secretaria, fazer o cruzamento de quantas famílias se
136 beneficiaram nesses lugares de difícil acesso e comunidades indígenas, que não tenham saneamento
137 e, enquanto isso, acompanhar os indicadores pelo NIS, vendo o quanto esses indicadores vão mudar.
138 Paulo faz uso da voz e diz que a responsabilidade de votar é do Estado. É do CES voltar, aprovar ou
139 reprovar, e de explicar é das secretarias. Diz que as prerrogativas legais dos convênios estão
140 contempladas dentro do projeto. Comenta que a execução ou não dos convênios é outro ponto e que
141 deverá ser fiscalizada pelo CES. Diz que isso depois deverá consubstanciado depois no relatório de
142 gestão. Pedro Dalaca fala sobre a disparidade de valores. Diz que o princípio básico e constitucional
143 é que a água e o saneamento é direito de todos. Diz também que a lei 11.445 estabelece os
144 responsáveis pelos saneamentos e suas competências. Relata que, segundo a lei, os municípios são
145 os titulares pelos seus planos de saneamento, porém os municípios não concluíram seu trabalho até
146 2010, que era o primeiro prazo, nem até 2013, data da primeira prorrogação, prorrogando o projeto
147 mais ainda, até 2015. Diz que a SEHAB se baseia nas leis que falam sobre a responsabilidade do
148 Estado sobre o saneamento. Quanto as diferenças de valores para cada município, diz que um dos
149 pontos que encarece o projeto mais em alguns municípios é o tipo de solo, ao lado da distância das
150 comunidades das fontes de água. Quanto ao pagamento da água, diz que será feito pelos próprios
151 municípios e pelas comunidades. Diz que a SEHAB logo que faz a perfuração, já realiza o teste de
152 qualidade. Quanto ao CITIGEN e aos recursos públicos destinados para o lugar foram para evitar
153 contaminação do lençol freático pelos aterros. Comenta sobre a perfuração dos poços e que os
154 recursos virão da SEHAB, como já viriam. Sobre o PROSAM, observa que há 4 secretarias

155 cuidando do saneamento, que são a SES, a SOP, a SDR e a SEHABS. Comenta que o que é
156 necessário é a unificação de política de estado, com alguém administrando. Quanto aos poços de
157 Rolante, ele diz que são duas comunidades lá e que receberão, por isso há duas entradas. Sobre as
158 comunidades indígenas, diz que desconhece de comunidades que estejam nessas regiões. No caso
159 do valor de Vacaria, diz que talvez há um erro de digitação ou algo parecido, pois o valor de cada
160 módulo é 3.800, seguindo um padrão, e que verificará posteriormente. Quando à fiscalização, diz
161 que eles também farão vistoria se as obras foram feitas e se foram feitas corretamente e, em
162 contrário, o dinheiro será devolvido, junto com juros. Diz que para precisar mais a devolução do
163 dinheiro, se precisaria verificar a lei. Marcelo Dalpói comenta sobre as diferenças de valores entre
164 os municípios. Diz que isso se deve a um trabalho de rigor técnico, que deve ser respeitado, para
165 que não seja necessário pegar o dinheiro de volta e refazer a obra. Comenta que está havendo
166 muitos problemas nas comunidades por falta de água, não só na questão de saúde. Em relação ao
167 aterro, diz que a ação deles não é consertar e restaurar erros feitos por iniciativa privada, mas sim de
168 fiscalização sobre a água. Paulo comenta que deve haver algum tipo de penalização na questão do
169 aterro. Relata sobre quando estava na Secretaria de Agricultura, onde presenciou dados sobre
170 perfuração de poço e que entende as discrepâncias de valores, uma vez que existem ferramentas
171 diferentes e caras para cada solo, assim como outras questões. Comenta que há casos onde se abre o
172 poço, a prefeitura assume o compromisso da montagem, mas acaba não o fazendo e o estado
173 pagando. Diz que o que é mais caro ainda é a instalação dos poços e da rede hidráulica. Comenta
174 que se as prefeituras não executarem seus compromissos, serão penalizadas. Diz que convênio é
175 uma forma boa, uma vez que, se o trabalho não for feito, o dinheiro deverá ser devolvido, com juros
176 e do bolso do gestor municipal. Pedro Dalaca afirma que essa mesma lei 11.445 vedava os recursos
177 federais a quem não tivesse plano de saneamento. Diz que, da mesma forma, o Conselho de
178 Saneamento se posicionou, aliado à lei federal, para que também não houvesse convênio para quem
179 não tivesse seu plano de saneamento. Relata que o Conselho de Saneamento assim como o repasse
180 de recurso estadual estaria associado para que os investimentos em saneamento existentes sejam
181 efetivos, então se houver algum recurso, destinado a saneamento, que o município não opere como
182 deveria operar, haverá corte nos recursos com finalidade de saneamento. Paulo comenta a questão
183 do acordão com o Ministério de Saúde, onde haveria corte de recursos passados aos municípios que
184 estejam com irregularidades na constituição de seus CMSs na proporcionalidade de representantes
185 do setor usuário. Diz que há por volta de 141 municípios nessa condição. Comenta que o primeiro
186 acordão foi há 6 anos e que não acredite que vá mudar em mais tempo, uma vez que nada mudou
187 até hoje. Diz que, provavelmente, a maioria dos municípios não querem controle municipal.
188 Comenta que estiveram em audiência com o Ministério da Saúde e diz que lá o representante da
189 FAMURS, onde foi relatado por este que a orientação do presidente da FAMURS é de que o
190 prefeito ganhou a eleição, então o prefeito é quem manda. Ana Valls propõe que se coloque mais
191 um item na resolução, que diz que os municípios que estejam irregulares com o CMS, não
192 receberão esses recursos. Paulo diz que as resoluções estiveram disponíveis para todos apreciarem e
193 sugerirem. Ele faz a votação para saber quem é a favor de colocar esse item. A proposta é
194 rejeitada, com apenas quatro votos a favor. Paulo faz a votação das resoluções. A resolução de
195 número 3 é aprovada, com 3 votos contrários. A de número 4 é aprovada, com 1 voto contrário e 1
196 abstenção. A de número 5 é aprovada, com 1 voto contrário e 1 abstenção. A de número 6 é
197 aprovada, com 1 voto contrário e 1 abstenção. A de número 7 é aprovada, com 1 voto contrário e 1
198 abstenção. A resolução de monitoramento é aprovada com 2 votos contrários. Paulo diz que se deve
199 fazer uma amostragem junto à SEHAB para ver se as coisas realmente estão acontecendo. Marcelo
200 Dalpói fala que a SEHAB estará à disposição para receber qualquer pessoa para tratar o assunto.
201 **Informes e Assuntos Gerais:** Paulo comenta sobre o evento de Três Passos e pergunta o que a
202 secretaria está fazendo para tratar daquele assunto. Rosângela diz que mais do que medidas de
203 gestão, com a própria coordenadoria de gestão, que está de luto, principalmente porque as atitudes
204 vieram de duas colegas. Diz que houve revolta pensando que os trabalhadores de saúde
205 trabalhassem para prejudicar as pessoas. Ela relata que Ana Carolina, coordenadora de saúde
206 mental, está no município a serviço em relação ao assunto. Diz que isso faz parecer que a saúde está

207 interessada em prejudicar e não em ajudar as pessoas. Comenta que os medicamentos utilizados não
208 foram do estoque do Estado e que o caso não estaria sob responsabilidade da gestão, da
209 coordenadoria, mas que estão em choque e trabalhando isso. Paulo diz que o importante é que a
210 gestão está trabalhando o caso, que não vai trazer ninguém de volta, mas que vão confortar aquelas
211 famílias. Odil Gomes comenta sobre as denúncias que não são levadas a sério. Relata a história da
212 aplicação de uma dose de anestesia em um menino de Taquari que, com pouco mais de três anos de
213 idade, ficou em estado vegetativo até este ano, quando completa 22 anos de idade. Comenta que a
214 mãe do menino faleceu no hospital, após o parto. Diz que fizeram uma denúncia à Secretaria de
215 Saúde, que nada fez, arquivando o caso. Relata que os avós da criança fizeram denúncia à delegacia
216 de polícia da cidade, porém não foi feito nenhum andamento por parte da polícia daquela cidade.
217 Comenta sobre outro caso, em Igrejinha, quando uma mãe perdeu a filha por erro médico, que
218 foram à cidade e o conselheiro do CMS local nem sabia sua função. Relata que foram à Delegacia e,
219 lá, o delegado disse que havia muito a falar. Odil Gomes diz que o delegado relatou que conhecia e
220 se dava bem com a família do médico, mas que não poderia deixar o caso passar, que deveria ser
221 reconhecido como homicídio culposo. Diz que, aparentemente, haverá punição, pois o delegado está
222 levando o caso. Comenta que muitas vezes os médicos protegem os colegas e nada fazem. Diz que
223 o médico culpado desse caso ainda foi nomeado perito da previdência social da cidade. Comenta
224 que, aparentemente, o sujeito já perdeu seu cargo. Diz que alguns poucos sujam a imagem de uma
225 categoria inteira. Paulo comenta que o sujeito estava inclusive com sentença transitada em julgado
226 pelo TJ para pagar um valor à família. Comenta que, apesar do TJ ter julgado e considerado
227 culpado, porém o CREMERS concedeu inocência ao sujeito, sob julgamento secreto. Reforça o que
228 Odil falou sobre médicos que sujam a imagem da categoria. Diz que a Rosângela se ausentou para ir
229 conversar com um deputado sobre a lei do conselho. Comenta que não adianta os deputados
230 colocarem algo inconstitucional, pois o governador será obrigado a vetar e, se a Assembléia
231 derrubar o veto, eles entrarão com ADIN, ação direta de inconstitucionalidade. Diz que a situação
232 do CES atual não dá para se manter e que a lei deve ser garantida, para acabar com alguns
233 problemas do conselho, como a questão da falta de participação dos conselheiros. Comenta que
234 devem fazer dois debates: um interno e outro com a sociedade. Diz que devem cobrar das entidades.
235 Carlos pede desculpas por estar ausente do conselho, mas Sandra Helena tem vindo como sua
236 suplente. Comenta que tem estado ausente pois o CNS, de onde participa, tem reuniões coincidentes
237 ao CES. Diz que nesta semana houve uma reunião sobre a ação interfederativa de combate à AIDS,
238 que era chamada antes, inicialmente de força-tarefa. Comenta que é interfederativa pois é uma ação
239 das três esferas. Diz que deveria haver uma ação emergencial no Rio Grande do Sul, onde há uma
240 epidemia mais forte que no resto do Brasil, uma vez que, em nível de nação, a AIDS está afetando
241 0,4% da população, enquanto no Rio Grande do Sul afeta 2%, passando a percentagem considerada
242 para acusar epidemia generalizada, segundo a Organização Mundial de Saúde. Diz que uma
243 epidemia generalizada deve ser combatida de maneira diferente de uma epidemia comum,
244 focalizada. Comenta que há uma epidemia generalizada, mas que há focos em determinadas
245 populações, como a população de rua, carcerária, travestis, homossexuais, usuários de drogas e
246 profissionais de sexo. Diz que entre homens que têm relações sexuais com homens há 15% de
247 infectados. Comenta que é um índice bem alto. Diz que deve haver ação focalizada e ação geral no
248 estado. Comenta que esse pacto interfederativo está propondo uma ação para o Estado, mas que
249 essa ação deve ser feita emergencialmente. Diz que, enquanto no resto do Brasil, a sobrevivência dos
250 portadores de AIDS é de 10 anos, aqui é de 5. Comenta que não estão fazendo ações emergenciais,
251 apenas um plano de trabalho, o que não é viável agora, uma vez que leva tempo. Lamenta a
252 ausência de Rosângela, pois deveria ser feito uma cobrança dela, representante do Estado, e da
253 Secretaria de Saúde. Comenta que o RS é o único estado onde a transmissão vertical, de mãe para
254 filho, continua crescendo. Diz que aqui temos muitos casos de sífilis congênita. Comenta que o
255 plano passará pelo conselho, mas que escutou na reunião sobre o plano emergencial de que o CES
256 só teria caráter consultivo, uma vez que esse plano deveria ter trâmite diferente. Carlos diz que de
257 fato deve haver planos emergenciais, mas eles devem ser emergenciais e não tratar de residência
258 médica que, apesar de ser um problema de saúde a ser tratado, é algo de longo prazo e não é do

259 caráter emergencial, o qual é necessário no momento. Diz que o plano ainda está sendo elaborado,
260 que irá para a CIB, para pactuar, e, então, será tocado adiante, posteriormente trazendo ao CES.
261 Comenta que irá para o CES para avaliação emergencial. Diz que concorda com o trâmite, mas que
262 o plano não prevê a emergência que é necessária. Comenta que uma pesquisa foi pedida pelo CES
263 sobre atividades sexuais, em 2008, não foi feita, fazendo com que dificultasse a investigação. Relata
264 que o Estado já foi considerado o melhor em controle. Paulo comenta que, uma vez que o CES faz
265 parte desse trâmite, então devem estar cientes do assunto. Diz que fará conversa para que
266 apresentem a plenária no dia 8, antes de chegar à CIB, pois depois fica difícil correr atrás. Comenta
267 que se não fizerem qualquer coisa logo, ficará mais difícil. Diz que dia 15, aparentemente, haverá
268 uma plenária extraordinária, onde convidados farão uma fala sobre a questão de diferença de classes
269 no SUS. Comenta que precisam ver a ação para realmente saber o que está envolvido nessa questão
270 de diferença de classe. Adão Zanandréa comenta que haverá votação pelo Conselho Municipal do
271 Idoso, para escolher os conselheiros titulares e suplentes e convida os conselheiros do CES a
272 participar. Diz que apenas os de 60 anos ou mais têm direito a voto. Comenta que quem tem menos
273 de 60 anos pode ser candidato, mas não pode votar. Diz que o fundo municipal do idoso já
274 conseguiu um milhão de reais para a instituição onde ele trabalha e que, antes, para conseguir
275 dinheiro, tinham que fazer empréstimos. Comenta que há várias locações de idosos em lares de
276 idoso sem auxílio algum, sem política alguma. Diz que as entidades que recebem os idosos muitas
277 vezes não tem estrutura para receber mais pessoas, ocorrendo, por causa disso, um atendimento
278 insuficiente para os idosos. Comenta que o idoso de Porto Alegre está abandonado. Diz que certa
279 vez convidou a promotora Cristiane Camille e a imprensa para visitarem as casas onde são
280 realocados os idosos, sem dar qualquer auxílio. Ana Maria afirma que o assunto da AIDS é muito
281 sério e que houve muitas vezes onde sua entidade fez várias denúncias à imprensa. Diz que várias
282 vezes o coordenador da AIDS do ministério fez promessas, mas não houve efetivação. Pede ao
283 Carlos para que fale às entidades o que elas podem fazer para ajudar para que as medidas saiam do
284 papel. Paulo comenta que o que falta muitas vezes é a manifestação das entidades cobrando esses
285 assuntos. Diz que devem firmar opinião. Carlos diz que uma das questões que não conseguem
286 colocar efetivamente em prática é da pressão social. Comenta que sobre o Sindicato Médico ele não
287 sabe exatamente o que fazem. Diz que hoje a grande proposta é que testem e tratem. Comenta que
288 tratar não é só entregar medicamento como é a proposta e que apenas entregar medicamento gera
289 outro problema. Diz que apenas testar e tratar não vai resolver a questão da doença. Comenta que
290 uma das coisas que o SIMERs pode fazer é levar isso para a imprensa. Diz que o CES recebeu um
291 convite há um certo tempo, do GAPA, para uma reunião sobre campanha. Comenta que hoje há uma
292 necessidade de que a sociedade volte a pressionar a gestão sobre a epidemia de AIDS. Diz que isso
293 acontecia na década de 90, mas que hoje há um pensamento de que a epidemia de AIDS está
294 resolvida. Diz que devem fazer uma pressão na Secretaria de Saúde para que assuma o problema.
295 Comenta que o Estado não está assumindo a epidemia e que, talvez, a pressão do SIMERs e demais
296 entidades, fará com que assumam. Paulo fala que o conselho talvez possa fazer uma posição a partir
297 de dados concretos, confeccionando uma resolução e enviando-a às entidades políticas para que
298 assumam o caráter epidêmico da AIDS. Carlos diz que no dia anterior questionou na reunião do
299 pacto interfederativo quem do Estado do Rio Grande do Sul estava sabendo sobre esse trabalho.
300 Paulo diz que fará uma solicitação ao Governo do Estado sobre o assunto, considerando que já
301 existe um pacto sobre isso. Lotário comenta que visitou alguns municípios, recolhendo dados e
302 indicadores quanto a questão de agrotóxicos e pesticidas agrícolas. Diz que assistiu casos de
303 mulheres gestantes cujas crianças sofreram aborto espontâneo por culpa desses agrotóxicos.
304 Comenta que o agrotóxico que está sendo usado é ilegal no Brasil e em vários outros países, mas
305 está entrando contrabandeado, então pede que conversem com a vigilância e a Secretaria e cobrem
306 deles uma resposta quanto a isso. Diz que está havendo a plenária nacional de conselhos, que o CES
307 já se manifestou sobre isso, mas que gostaria de reforçar o convite, pois lá discutirão várias
308 políticas, como o Saúde Mais 10 etc e que acha importante que os municípios se manifestem lá para
309 discutir os recursos que não estão recebendo. Comenta sobre a criança de Três Passos e que o que
310 mais choca é que a rede que deveria proteger a criança, como o Conselho Tutelar e o Ministério

311 Público, não fez nada. Diz que esse aumenta a desconfiança da cidade quanto ao hospital, devido ao
312 cargo do pai da falecida criança. Paulo comenta sobre a reunião nacional de conselhos municipais.
313 Diz que estão focados no seminário de saúde do trabalhador, então não podem se atrelar ao assunto,
314 mas repassaram os convites aos CMSs e que eles participarem está sob suas responsabilidades.
315 Sobre a questão dos agrotóxicos, Paulo diz que em todos os municípios a que foi antes das
316 conferências macrorregionais, para tratar delas, ouviu relatos assustadores. Diz que está morrendo
317 muita gente, com a conivência de entidades do setor e, principalmente, do Governo, que não está
318 fiscalizando as fronteiras e o contrabando. Comenta que há, inclusive, sindicatos rurais orientando a
319 compra desses agrotóxicos. Diz que tem cobrado da FETAG uma ação pública e política sobre isso,
320 mas que a única resposta que recebeu foi extra-oficial de que o governo que deveria resolver.
321 Comenta que não adianta nada só cobrar do governo se não houver fiscalização. Maria Nazaré, da
322 Agapan, suplente de Ana Valls, diz que novembro do ano passado houve a instalação do Fórum
323 Gaúcho de Combate aos Agrotóxicos no Ministério Público, houve outras reuniões, foram formados
324 grupos de trabalho sobre o assunto. Comenta que um dos venenos usados como agrotóxicos, 2,4-D,
325 é aplicado nas lavouras, sobre plantas e os trabalhadores, provocando leucemia. Diz que esse
326 produto foi usado no Vietnã, durante a guerra e que deixou problemas por gerações. Comenta que
327 há uma teimosia na vigilância sanitária para tratar do assunto. Diz que a CNTBIO tem mais
328 capacidade de monitorar isso, mas não o faz. Comenta que está estudando Direito para se envolver
329 mais com a questão e que tem discutido com várias pessoas que têm condições de fazer algo, para
330 informar e conscientizar sobre a questão. Diz que devem publicar essas informações e que só
331 mudará quando a sociedade fizer algo. Comenta que a contaminação dos agrotóxicos está gerando,
332 além de leucemia, câncer. Relata que há pessoas fazendo poços por conta própria e que isso
333 aumenta a contaminação do Aquífero Guarani. Diz que um professor da Unisinos está relatando que
334 o Aquífero Guarani já está contaminado com agrotóxicos. Ela relata que os entes que contaminaram
335 aqui com agrotóxicos estão indo para o Norte e o Nordeste. Paulo faz uso da voz e diz que concorda
336 que apenas com pressão social haverá mudança. Comenta que está faltando pressão e ação das
337 entidades para que mude algo, principalmente a FETAG, que representa 1.200.000 agricultores,
338 tendo bastante poder. Diz que entidades que nada fazem são, no mínimo, coniventes. Comenta o
339 descaso e a falta de manifestação por parte das entidades. Ana Valls comenta sobre o Fórum Gaúcho
340 de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Relata que existe um espaço para dialogar, mas os
341 próprios ministérios não chamaram a segunda reunião ainda, e que já estamos no quarto mês do
342 ano. Diz que, enquanto isso, no mês de maio haverá o lançamento do filme “O Veneno Está na
343 Mesa 2”, que deveria ter sido lançado dia 7 de abril, mas houve atrasos. Comenta que o filme
344 discute os agrotóxicos e as perspectivas da produção sem veneno. Em relação a esses temas, ela diz
345 que o Código de Vigilância de Saúde foi discutido na Comissão de Saúde e Meio Ambiente na
346 Assembléia Legislativa, para estabelecer um documento base sobre o Código de Vigilância. Ela
347 comenta que, durante da fala do Carlos, refletiu sobre onde estaria a questão da AIDS nesse código.
348 Diz que ainda haverá mais duas reuniões, nos dias 7 e 21 de maio, na Comissão de Saúde e Meio
349 Ambiente, para tratar desse Código, com o segundo dia tendo como pauta tratar mais
350 especificamente a questão da nova forma de adoecimento que é a radiação eletromagnética não-
351 ionizante da telefonia celular. Comenta que não há dados para comprovar isso, por falta de ação de
352 certos entes, mas que se trata de uma epidemia. Diz que a AGAPAN está fazendo 43 anos e que
353 farão comemorações na Feira Ecológica. Comenta que plantarão uma árvore na Redenção em
354 homenagem ao Augusto Carneiro. Diz que também haverá confraternização na Nova Olaria. Carlos
355 comenta sobre a questão dos agrotóxicos. Diz que há uma lei que foi aprovada que faz a liberação
356 de um certo agrotóxico, que é proibido no mundo todo. Comenta que, além dessa lei, há uma para
357 que a questão dos agrotóxicos saiam da responsabilidade da ANVISA e seja passada para a Casa
358 Civil, sob caráter emergencial. Diz que o CNS fez uma resolução e uma moção solicitando à
359 presidenta Dilma Rousseff vete esses artigos. Comenta que a lei ainda não foi homologada, por isso
360 estão divulgando antes que haja a homologação. Diz que repassará a resolução para os conselheiros.
361 Vera Leonardi diz que desde o início da plenária foram discutidos assuntos importantes, então ficou
362 pensando como poderia ser fortalecida a Comissão de Fiscalização. Diz que devem entrar nesses

363 assuntos antes mesmo que cheguem as denúncias. Comenta que há várias denúncias que estão
364 recebendo. Diz que gostaria de fazer dois relatos, uma da Comissão de Fiscalização e outra da
365 Comissão de Saúde Mental. O primeiro, é da Comissão de Saúde Mental e é sobre uma denúncia
366 feita da SAMU. Diz que os representantes da SAMU foram chamados para conversar e eles
367 relataram que estava tudo funcionando bem, o que contradizia com as denúncias. Vera diz que
368 solicitará aos CMSs para que façam relatos sobre o que está acontecendo, para que a Comissão de
369 Fiscalização faça um parecer. Diz que devem abordar e fiscalizar essa questão. O segundo relato é
370 de que há vários assuntos para tratar e que não há gente o suficiente na Comissão de Fiscalização
371 para tratar disso, então sugestiona para que se envie convites diretamente às entidades para que
372 envie membros para a Comissão de Fiscalização. Paulo fala da importância do debate sobre as
373 entidades e membros do CES. Diz que há entidades onde a saúde não é uma das prioridades.
374 Comenta que as pessoas lutam em vão e não resistirão por muito tempo. Odil Gomes relata que
375 houve na FACAP uma conversa sobre a SAMU, onde surgiu uma ideia de pedir aos municípios para
376 que relatem como está condição da SAMU nesses locais. Rafaelli relata sobre a Comissão de
377 Educação Permanente. Diz que quer deixar registrado que estão querendo estabelecer algumas
378 prioridades, entre elas a maior presença nos municípios e mais capacitações nesses lugares. Faz
379 convite para que os demais conselheiros participem. Ele comenta, também, que acha que seria
380 importante aumentar a ação do CES na Internet, utilizando melhor o site e mantendo ativos o
381 Facebook e o Twitter. Quanto aos agrotóxicos, diz que só com intervenção política da sociedade
382 alterará a situação e que não dará para ficar esperando ação dos Poderes Legislativo e Executivo.
383 Em relação à Samu, relata que em Gravataí há problema na manutenção. Diz que o sistema de
384 distribuição de médicos por nível de população já está defasado, segundo portaria do Ministério da
385 Saúde, então isso deveria ser revisto por esse ministério. Paulo diz que sempre se pôs à disposição
386 para se deslocar aos municípios, mas não consegue dar conta de auxiliar em tudo. Diz que ele tem o
387 compromisso, junto com a secretária Sandra Fagundes, de que a partir de maio, em relação ao
388 concurso para a SES que foi feito e que captarão funcionários entre os chamados. Comenta a
389 importância de terem um funcionário para tratar da página do Conselho. Diz que um dos seus
390 objetivos antes de encerrar seu mandato é de conseguir todos os funcionários necessários para
391 manter o conselho. Relata que há poucos funcionários e muitas demandas. Diz que vão tentar captar
392 funcionários a partir da chamada do concurso, que isso foi compromisso assumido pela secretária.
393 Nada mais havendo a tratar, Paulo Humberto Gomes da Silva, Presidente do CES/RS, deu por
394 encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavei a presente ata que, após leitura
395 e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 24 de abril de 2014.

396

397 Paulo Humberto Gomes da Silva
398 Presidente do CES/RS

Célia Chaves
Vice Presidente do CES/RS

399

400

401 Alfredo Gonçalves
402 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

403

404

405 Jairo Francisco Tessari
406 Coordenador do CES/RS

Márcio Belloc
Coordenador do CES/RS

407

408

409 Carlos Alberto Ebeling Duarte
410 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS